





Apresentação

Comprometida com sua missão de representar 21 milhões de mineiras e mineiros, e dando continuidade ao seu trabalho de legislar e fiscalizar, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais apresenta, neste **Relatório Institucional**, as ações e iniciativas desenvolvidas em 2024, no segundo ano da 20ª Legislatura.

Foi um período em que continuamos a valorizar o diálogo com as diversas vozes que compõem a nossa sociedade e que, nesta Casa, encontram um espaço legítimo de expressão e afirmação. Nesse contexto, promovemos práticas que refletem também o olhar municipalista da Assembleia e o seu constante esforço de interiorização, haja vista que o nosso estado é composto por 853 municípios com realidades bem distintas.

Diante da alta produtividade legislativa que marcou o ano, com uma atuação vigorosa de todos os parlamentares, destacamos, inicialmente, dois temas prioritários que nortearam nossos trabalhos: a renegociação da dívida do Estado e o enfrentamento dos extremos climáticos.

Na questão financeira, o Parlamento Mineiro teve um importante protagonismo na busca de uma solução definitiva para a dívida de R\$ 160 bilhões com a União, um problema que há muitos anos vem comprometendo a realização de investimentos públicos no Estado.

Como resultado de um imenso esforço para a construção de uma proposta que resolva definitivamente o problema da dívida de Minas com a União – ação que inclui o Executivo Estadual, o governo federal e o Congresso Nacional –, tramitou neste último o Projeto de Lei Complementar Federal 121/24, que institui o Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), prevendo a redução dos juros pagos pelos entes subnacionais mediante a cessão de ativos à União.

Outra questão fundamental em 2024 foi o desafio de lidar com os eventos climáticos extremos, a maior ameaça já enfrentada pela humanidade, de forma a buscar uma convivência mais segura com essa realidade e suas consequências.

Para entender essas mudanças e propor a estruturação de ações de resposta a desastres naturais, promovemos o seminário técnico “Crise Climática em Minas: Desafios na Convivência com a Seca e a Chuva Extrema”, que teve sete encontros regionais, abrangendo todo o nosso território, e que ampliou a discussão e ouviu não só a população, mas também 368 entidades da sociedade civil. O evento permitiu identificar e potencializar ações contínuas, de caráter estruturante em médio e longo prazos, voltadas para o aprimoramento das políticas públicas ligadas à questão climática.

Na sequência, a Assembleia instituiu um Plano Legislativo de Articulação e Monitoramento com vistas a sistematizar e acompanhar os desdobramentos dessa temática, incluindo tanto ações no âmbito da elaboração legislativa e da fiscalização quanto uma vertente inédita de atuação da Casa no impulso de políticas públicas ligadas à crise climática.

Nessa perspectiva, foi promovido o Prêmio Assembleia de Incentivo à Inovação, em uma parceria com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), a fim de fomentar soluções inovadoras com potencial para evitar ou minimizar as causas ou os efeitos das mudanças climáticas em Minas Gerais.

Além dessas frentes prioritárias, o Legislativo Estadual organizou outros eventos institucionais relevantes, todos com ampla participação da sociedade, mantendo a dinâmica de encontros regionais seguidos de uma etapa estadual em Belo Horizonte.

Um deles foi o fórum técnico “Minas Gerais pela Ciência – Por um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável”, com a finalidade de elaborar o **Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**, visando ao avanço socioeconômico do Estado.

Outro destaque foi o seminário legislativo “Estatuto da Igualdade Racial”, que buscou ampliar o debate sobre o Projeto de Lei 817/23, que institui a referida norma. A proposta tem o intuito de promover políticas públicas que assegurem os direitos individuais, coletivos e difusos da população negra, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, e que contribuam para o combate à discriminação contra esses segmentos da nossa sociedade.

A promoção da cidadania é um tema de interesse permanente da Assembleia de Minas, que se efetiva, entre outras formas, com a centralidade da mulher nesta legislatura. Nesse sentido, foi promovida uma nova edição do “Sempre Vivas”, por meio da realização de um evento em Belo Horizonte e quatro encontros regionais, com a temática “É tempo de reconhecer o valor das mulheres”. Além disso, aconteceu a terceira edição dos Encontros com a Procuradoria da Mulher, qualificando o debate em torno das agendas ligadas às questões femininas.

Debatendo “Melhorias no ensino escolar”, também promovemos mais uma edição do Parlamento Jovem de Minas, um projeto pioneiro da Casa, que hoje é referência não só para o nosso estado, mas para diversas casas legislativas em todo o Brasil.

O ano de 2024 foi um período muito produtivo, em que se destacam ainda as tratativas harmoniosas, mas independentes, com os Poderes Executivo e Judiciário, e também com o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública, em prol do desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, com reflexos positivos para toda a população.

Na ação conjunta com essas instituições, firmamos parcerias muito relevantes para os mineiros. Com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG), assinamos termo de cooperação técnica para ampliar e fortalecer procedimentos de fiscalização do gasto público e de seus resultados, com a máxima transparência.

Em ano de eleições municipais, assinamos termo de cooperação com o Ministério Público de Minas Gerais, a fim de combater a violência política, especialmente de gênero. E, em trabalho conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG), promovemos campanhas de conscientização para enfrentar a desinformação do eleitorado.

Como se percebe, a atuação da Assembleia de Minas impacta decisivamente o cidadão mineiro. Essa atuação inclui as reuniões de Plenário, nas quais são aprovadas proposições que melhoram sua vida, e as audiências públicas das comissões, em que se debatem temas relevantes em diversas áreas, como administração pública, educação, segurança, meio ambiente, cultura, esporte e saúde.

Em suma, este **Relatório Institucional** atesta que seguimos firmes no caminho traçado pelo Direcionamento Estratégico que conduz nossas decisões. De acordo com a diretriz do biênio 2023-2025, estamos empenhados em “fortalecer o exercício da representação política da sociedade pelo Parlamento Mineiro, com foco em diálogo, independência e inovação”.

Deputado Tadeu Leite

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais



Vista aérea da Praça Carlos Chagas, em Belo Horizonte, também conhecida como Praça da Assembleia.